

rem. E é nesse espírito que a Caixa também faz o seu papel ali, se fazendo representar, não somente por ele também, como o Mateus, como representante da parte técnica ali também, demonstrando a importância que tem do seu corpo de engenheiros, que é quem analisa, que é quem está à frente dos seus projetos e que contribui bastante no trabalho deles. Falando especificamente de Niterói, teriam alguns números que eram importantes de mostrar, em adendo ao que o secretário José Carlos, bem colocou, tendo aí mais de 2.000 unidades, 2.587 unidades da faixa I, especificamente da faixa I. Quando se abre esse universo e se expande para o faixa II e III também, olhando para o programa Minha Casa, Minha Vida desde o início de sua implementação através de uma lei que foi lá de 2009, se tem aí pelo menos 6.000 famílias, aproximadamente falando, 5% da população de Niterói. Considerando as obras que a Caixa já entregou e que vai entregar. Informo também que a Caixa aplicou recursos do FGTS, falando especificamente dessas operações, falou de valores expressivos, quando se observa e olha para Niterói, a Caixa demonstra com esses números a importância que Niterói tem para eles. Deixou a Caixa à disposição, com total certeza de que eles vão poder contribuir sobre maneira nas questões que se entende, de suma importância para dar acesso à moradia. Se comprometeu em se empenhar, e estar dentro desse processo de habitação de interesse social no Município de Niterói, e agradeceu mais uma vez a oportunidade de ter sido convidado a Mesa e a oportunidade para expor seu trabalho. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente convidou a Doutora Renata Scarpa, da Promotora de Cidadania, via plataforma Zoom, para suas exposições. Iniciando sua fala, ela pediu desculpas por ficar com a câmera fechada, pois a internet local estava instável e poderia perder o sinal. Inicialmente, parabenizou o deputado pela iniciativa, dizendo que é sempre muito interessante que se ouça os vários projetos que estão em andamento em relação ao tema tão importante quanto o direito à moradia. Fez um breve resumo do que é e o que faz a Promotora da Cidadania, que ela está à frente desta. Falou que precisamos de uma política pública mais ampla, que não seja restrita a essa questão de direito à habitação. Quando a ação foi proposta, não tinham a previsão de entrega de habitação para faixa I do programa no governo anterior, mas a realidade hoje mudou, então, eles têm, de alguma forma melhorar no cenário em relação à questão da entrega das novas unidades. Porém, mais do que isso, lá em Niterói se entende que é fundamental que se faça uma pesquisa em relação a esses imóveis que podem ser reaproveitados, principalmente nessa região do Centro, que é uma região, como bem colocou o secretário Barandier, alvo de uma preocupação de requalificação. Entendem que é muito importante que a política pública se volte para essas outras questões e principalmente para esse olhar de que essas pessoas precisam ser acompanhadas e é necessário que se faça um plano de vida. Pontuou outra problemática que estava muito comentada ultimamente na cidade, principalmente nas últimas sessões da Câmara, que é a questão da população em situação de rua, que é uma população que precisa de muita ajuda. Falou também, pegando o viés colocado pelo secretário José Carlos, em relação aos projetos dos marisqueiros lá de Jurujuba, também a situação dos marisqueiros da Boa Viagem, que hoje é bastante delicada. E até o secretário Rafael já conversou com ele naquela semana, estão estudando uma solução para eles, mas eles também têm uma situação de vulnerabilidade, eles precisam de uma solução. Então, tudo isso necessita realmente de um olhar multidisciplinar e que foi muito interessante essa primeira iniciativa do Deputado Vitor Júnior, que mais uma vez parabenizou e espera que se consiga ter outros espaços de discussão. Finalizou agradecendo a todos. Retomando a palavra, o Senhor presidente agradeceu a Doutora e disse, só para registrar que Secretário de Assistência Social, estava tendo um encontro naquele momento em Niterói, que era a ampliação da moeda social, e acabou sendo marcado no mesmo horário daquela audiência. O secretário justificou a ausência dele na audiência, apesar de haver representante ali da Secretaria de Assistência presente, mas ele está acompanhando esse trabalho, e tinham também uma preocupação muito grande de ter a equipe da Secretaria de Assistência Social acompanhando de perto as ações do direito de habitação do Município. Agradeceu também a todos os órgãos envolvidos, as ações feitas até ali e as que estariam por vir e pela ação em conjunto que ajudavam a fortalecer estas medidas. Então, queria que se pudesse promover ali um próximo evento muito em breve. Já havia encaminhado isso ao Prefeito da Cidade de Niterói, para que se possa assinar esse grande acordo. Agora passou a palavra agora ao Dr. Leonardo Cuña, Promotor de Tutela Coletiva do Município de Niterói. Antes também registrou a presença do Deputado Jorge Felipe Neto, membro também da Comissão de Habitação dessa Casa, convidando o Senhor Deputado para fazer parte da Mesa. Assumindo a palavra, o Doutor Leonardo Cuña, via plataforma Zoom, agradeceu o convite e pediu licença para também manter sua câmera desligada por motivos de sinal fraco, continuando, disse que estas urgências surgem todos os dias. Ele não pode acompanhar o começo das sessões, mas louvo a iniciativa de avançar nos processos em geral, de regularização fundiária, até porque ele é profundamente um processo de distribuição de justiça social, na medida em que você dá a essas populações um título de propriedade. Esse título que gera possibilidade de realização de inúmeros negócios, inclusive, até mesmo empréstimos bancários com garantia nesses imóveis e tudo isso que a economia muito bem fala. No que diz respeito à tutela coletiva do meio ambiente, apenas fazer algumas considerações para a colaboração nesse processo. Em se tratando da Cidade de Niterói, é uma cidade que tem áreas ambientais profundamente sensíveis e a regularização fundiária, quando ela se dá em áreas ambientalmente sensíveis, apresenta muitas vezes riscos adicionais, quando se trata de processo de gentrificação. É importante, crucial, considerar cuidadosamente a preservação ambiental ao implementar processos de regularização fundiária em regiões ambientalmente sensíveis. Regularização fundiária nessas áreas tem um enorme potencial de aumentar o interesse de investidores e de faixas com maior poder aquisitivo para se apropriarem dessas terras, expulsando comunidades locais, inclusive, comunidades tradicionais, que tem o seu valor cultural, histórico-cultural por si só dessas áreas que historicamente ocupavam. Então, a gentrificação em áreas ambientalmente sensíveis, processos de gentrificação por si só, são danosos. Acaba que quando se dá em processos ambientalmente sensíveis, pode levar a incremento de processo de desmatamento, de degradação de ecossistemas e perda de habitat para as espécies nativas. Isso sem esquecer de risco de aumento de preços de terras, dificultando ainda mais o acesso dos moradores de baixa renda. Portanto, integrando a ideia de um processo de regularização fundiária com um zoneamento adequado da cidade, estabelecendo corretamente as zonas de proteção ambiental, diretrizes claras para o uso e ocupação do solo, que restrinjam o desenvolvimento em áreas sensíveis e promovam a sustentabilidade, incluindo sempre a participação comunitária, incluindo comunidades locais nesse processo de tomada de decisões. E é justamente nesse sentido que está em processo na cidade de Niterói um grande diálogo para a construção coletiva de uma nova lei de uso e ocupação do solo, em que questões relativas à regularização fundiária devem ser levadas em consideração, questões relativas ao risco de gentrificação em áreas ambientalmente sensíveis devem ser levadas em consideração. O Município de Niterói, apenas a título de exemplo, fez uma requalificação ambiental extremamente relevante, inaugurando no final de semana, até mesmo com muita festa, porque é para se comemorar, a requalificação da área do Parque da Orla de Piratininga. Mas justamente próximo a esta área requalificada há uma comunidade em que um eventual processo de regularização, se não tomado com devido cuidado, pode levar a uma gentrificação. Então, a regularização deve ser sustentável. Promover incentivos econômicos, até incentivos econômicos como pagamentos de serviços ambientais para a manutenção desta área, e que nunca pode se esquecer do correto monitoramento e a fiscalização eficazes para garantir o cumprimento destas regularizações e regulamentações ambientais. E evitar o uso inadequado das terras regularizadas. No mais, diz o Ministério Público, pela Promotora de Tutela Coletiva do Meio Ambiente e Urbanismo, que está ali à disposição dos órgãos públicos para sempre dialogar, sempre sentar-se à Mesa para que se consiga entregar para a sociedade o serviço adequado. Ao final agradeceu a iniciativa da Comissão quanto ao assunto e esperava, haver outras como aquela. Re-

tomando a palavra, o Senhor Presidente agradeceu mais uma vez ao Ministério Público, na figura do Doutor Leonardo, na figura da Doutora Renata Scarpa. Devido ao horário, pediu permissão a Mesa para que o secretário, Doutor Rafael e Doutor Antônio para que o Secretário de Urbanismo e o Secretário de Habitação pudessem fazer uma consideração final. Posteriormente se os citados também quisessem, poderiam fazer uma consideração final. Informou também que esta Comissão vai produzir um relatório fruto de todas essas falas feitas ali. Pediu as pessoas que estavam participando desta Audiência Pública, que possam encaminhar, através do nosso mandato, sugestões por e-mail, ou que venham procurá-los pessoalmente, para que se possa anexar nas propostas colocadas à prefeitura, e no final disso tudo se elaborar um convênio entre todos os órgãos envolvidos, para que se possa ter um plano de metas relacionados à política de habitação de interesse social no Município de Niterói. E a ideia é que essa experiência dando certo, possa promover uma cartilha de referência para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro e possa com isso incentivar e colaborar com sugestões desta Casa Legislativa. Neste momento o Senhor Deputado Jorge Felipe Neto, pediu para fazer uso da palavra, então o Senhor Presidente, agradeceu sua lealdade e companheirismo e sempre participativo em todos os debates relativos aos assuntos da Comissão e passou a palavra. No uso da palavra, o Senhor Deputado Jorge Felipe Neto, agradeceu e pediu desculpas aos participantes pelo uso da palavra antecipado, mas somente para fazer breves considerações. Começou falando da alegria de ver vossa excelência conduzindo aquela audiência. Acha que é fundamental unir forças para aquele tema, que até meados de 2021 tinha sido abandonado, esquecido pelo Estado do Rio de Janeiro. E fazer um registro não só da dedicação, do empenho do Governador Cláudio Castro, do Secretário Uruan e de toda a equipe do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro em fazer o necessário para que essa política pública primeiro voltasse a ter credibilidade. E que fosse verdadeiramente impulsionada diante da demanda existente no Estado do Rio de Janeiro de mais de 1 milhão de unidades habitacionais sem regularização. Como foi dito ali, pegou brevemente a fala do Promotor de Tutela Coletiva do Meio Ambiente no sentido de que, sim, tem uma importância econômica fundamental. Quando se fala em regularizar os territórios do Rio de Janeiro, as unidades habitacionais do Rio de Janeiro, se está permitindo a entrada formal no sistema bancário, se está permitindo o crescimento pujante da economia do Rio de Janeiro e está permitindo que novos investimentos sejam atraídos no Estado do Rio de Janeiro. Fazendo essas considerações, ele gostaria de colocar um posicionamento, que se tem visto a grande dificuldade em avançar os processos de regularização fundiária vindo dos cartórios. Por que isso? Evidentemente, a regularização fundiária de interesse social, pela Lei 13.465, os cartórios não podem cobrar, por ela, pelas certidões, pelos serviços cartoriais que seriam para particulares cobrados. Não acostumados com a demanda, como muito bem foi dito pela eminente diretora, no sentido de que havia uma média, por ano, de cinco a oito mil títulos entregues por ano. Ano passado foram 79 mil. Os cartórios simplesmente emperraram. Então, ele queria pedir, não só a vossa excelência, mas também a todos os outros Deputados componentes desta comissão, como já foi colocado pelo querido amigo e presidente da comissão, Deputado Cláudio Caia, para que eles fizessem uma diligência junto ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria do Tribunal de Justiça, com vistas a dar celeridade ao trabalho cartorial, porque justamente esse tem sido o grande entrave. O trabalho de campo é feito no mês e se aguarda para terminar a planta da legitimação fundiária por meses e meses. Porque quando se trata de grandes áreas, tem muitos confrontantes, muitas certidões a serem enviadas; e simplesmente o cartório envia uma por semana, uma por mês. Com relação à concentração de esforços em um ou outro processo, manda de um daqui ou de outra comunidade e aí fica algo, de fato, difícil de se conseguir caminhar. Pedir essa consideração a vossa excelência, também ao nobre promotor de justiça, que nos ajude naquela contenda, naquela missão. E dizer que o Senhor Deputado Vitor Júnior, muito bem representa o povo de Niterói. Uma prefeitura que é vista por todos como uma prefeitura competente, diligente, dedicada à população da Cidade de Niterói. E que seus mandatos também estão à disposição não só de vossa excelência, como representante local, mas também de todos os cidadãos niteroienses. Finalizou agradecendo a todos. Retomando a palavra, o Senhor Presidente em Exercício, quis reforçar ali o convite, também, à Doutora. Renata Scarpa e ao Doutor Leonardo Cuña, que no dia 29 daquele mês, iriam ter uma reunião do GT do Caio Martins no Palácio Guanabara, no Anexo V, às 10 horas da manhã. Teriam lá a presença dos Secretários, da Prefeitura, da representação do Governo do Estado, para se definir o que queriam para o futuro do Caio Martins, um equipamento de extrema importância para a cidade. Estabeleceram um prazo até outubro daquele ano para finalizar o projeto de intervenção. E no dia anterior, o Prefeito Axel Graef, em uma conversa com o Ministério dos Esportes, sinalizou uma perspectiva futura muito positiva de desenvolver ali uma grande ação relacionada ao esporte, no sentido de colaborar com o que deve ser feito naquele equipamento. Então, queria ali saudar, mas caberia ao prefeito anunciar quais serão essas propostas oferecidas ao Complexo Esportivo Caio Martins. Continuando, passou a palavra ao Doutor José Carlos, em seguida ao Secretário Renato Barandier e depois o Doutor Rafael Robertson, para suas considerações finais, contribuindo para a discussão sobre o tema. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Vitor Junior franqueou a palavra e, como ninguém quisesse fazer uso dela, Sua Excelência agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a presente audiência pública, cujo link é: https://www.youtube.com/watch?v=GLwXyCjfgI&list=PLGmAOEL4b34SeXKQuw87Lb9RKNyfa_c6T&index=13 contém a íntegra da mesma e suspendeu a reunião, para que eu, Rômulo da Costa Moura, Secretário, matrícula 201.635-0, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Deputado Vitor Junior, Presidente em exercício, que encerrou a reunião em seguida. Auditório do 18º andar, do Edifício Lúcio Costa, vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três. (a) Rômulo da Costa Moura - Secretário, (a) Deputado Vitor Junior - Presidente em exercício

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
(RESOLUÇÃO Nº 33/2023)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às onze horas do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e três, na sala mil oitocentos e oito do Edifício Lúcio Costa, de forma presencial, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 33/2023, sob a presidência do Senhor Deputado Rodrigo Amorim, e com a presença dos Senhores Deputados Guilherme Delaroli - Vice-Presidente, Daniel Librelon - Relator, Val Ceasa, Brazão e Tande Vieira, membros efetivos. Participaram, também, os Senhores Deputados Alan Lopes e Fred Pacheco, o Vereador Amós Laurindo de Teresópolis, o Secretário Estadual de Energia e Economia do Mar, Senhor HUGO LEAL, os Conselheiros da AGETRANSP, Senhores Fernando Moraes, Vicente Loureiro, Charles Batista e Adolph Konder, o Conselheiro Presidente da AGENERSA, Senhor Rafael Carvalho de Menezes, o Professor Mauro Osório e o advogado da NATURGY, Senhor Harriman Araújo. Dando início à sessão, o Senhor Presidente relatou que recebeu cópia de Ofício, encaminhado pelo Conselheiro Presidente da AGETRANSP, Senhor Murilo Leal, ao Governador do Estado, comunicando sua renúncia à presidência daquele órgão, e após, para conhecimento de todos, fez a leitura do mesmo e o entregou ao Relator para que integrasse o rol de documentos da CPI. Logo após, falou da enorme quantidade de denúncias que vem recebendo, o que gerou a necessidade de se ouvir as Agências antecipadamente. A seguir, propôs estabelecer um nome a ser encaminhado ao Governador, fruto de um exercício democrático, resultado de avaliação dos membros da CPI e dos demais Conselheiros da AGETRANSP presentes na reunião que, a critério do Poder Executivo, poderia ser considerado. Prosseguindo, ouviu a opinião dos Deputados presentes e concluiu-se que, o nome dos candidatos encaminhados à ALERJ para a sabatina e votação em Plenário, e visando evitar pro-

blemas futuros, deveria ser atribuição exclusiva do Poder Executivo. A seguir, concedeu a palavra aos Conselheiros da AGETRANSP presentes, para que em suas falas pudessem expor suas considerações sobre a renúncia do Presidente e, se assim quisessem, apresentar um nome indicativo ao Governo para a presidência da autarquia e, também, comentassem sobre os desafios a serem enfrentados para aprimorar os serviços da Agência. Dando sequência, concedeu a palavra ao Senhor Secretário Hugo Leal, enaltecendo sua experiência como Deputado Federal e gestor, e fazendo antes um breve apanhado do que já foi levantado na Comissão, como o caso do Senhor Antonio Moreira, os problemas com as ligações de gás nos postos, as vistorias domiciliares, a ampliação da rede no interior do Estado e a dificuldade das indústrias se fixarem no Estado sem esse insumo vital que é o gás e, arguindo como a CPI poderia contribuir na intermediação entre as partes envolvidas. Com a palavra o Senhor Secretário, citou que há muitas demandas e destacou a importância do trabalho que a Secretaria vem fazendo, mantendo uma linha direta de diálogo com a ANEEL e o Ministério das Minas e Energia, tendo em vista o momento de avaliação no Senado de novas concessões de energia elétrica, abrindo uma janela de oportunidades no Estado com a possibilidade de prorrogação das concessões da LIGHT e da ENEL, ou de uma nova licitação. Falou sobre a importância de um convênio entre a ANEEL e a AGENERSA, para que a Agência atue com poder fiscalizador no Rio de Janeiro, ampliando a força do Estado e como o parlamento estadual pode atuar para agilizar a assinatura desse convênio; explicou, também, os fatores que influem na diligência prévia necessária para a prorrogação ou nova licitação. A seguir, fizeram uso da palavra, os Senhores Deputados Daniel Librelon, Tande Vieira, Val Ceasa e Alan Lopes que dirigiram perguntas ao Senhor Secretário que foram prontamente atendidas. Foi concedida, também, a palavra ao Professor Mauro Osório, ao Vereador Amós Laurindo e ao advogado Harriman Araújo que apresentaram suas considerações sobre o que foi tratado na reunião. Concluindo, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, comentando a importância da participação do Secretário Hugo Leal e a criação, pelo Governo do Estado, da Secretaria de Energia e Economia do Mar. Em seguida, comentou quais as próximas oitavas e, em seguida, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente franqueou a palavra e, como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo inteiro teor está contido nas notas taquigráficas, em anexo e no link: <https://www.youtube.com/watch?v=Dkf5sLKHzeA&t=4312s> e, para constar, eu João Carlos dos Santos Barreto, matrícula nº 200.833-2, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 15 de agosto de 2023. (a) João Carlos dos Santos Barreto - Secretário. (a) Deputado Rodrigo Amorim - Presidente.

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus, conforme edital de convocação, declaro abertos os trabalhos.

Cumprimento dos Deputados presentes: Tande Vieira; Brasão; Val do Ceasa; Guilherme Delaroli, nosso vice-presidente que está entrando; Deputado relator da Comissão, da CPI, Daniel Librelon. Saúdo também a presença dos conselheiros da Agenersa, aqui presentes, embora não fosse uma reunião objetivamente tratando sobre a Agenersa. Mas, parabenizo, Sr. Presidente, pela exposição da última reunião. Parabenizo a forma com que V. Exa. trouxe aqui até os aspectos, as feridas abertas ainda na agência, de forma clara e objetiva. Também, que a gente possa de fato, desde a semana passada, ter inaugurado um novo momento com a Agenersa. Parabéns e agradeço, em nome dos colegas da Assembleia Legislativa, a presença de V. Exa. e dos demais conselheiros.

Da mesma forma, agradeço a presença dos conselheiros da Agetransp, sobretudo, o Conselheiro Loureiro, nosso decano aqui presente hoje. Ele traz também, através dele, uma carta endereçada, um ofício, endereçada à CPI da lavra do Conselheiro Presidente Murilo Leal, que eu vou dar vistas a todos e vou fazer a breve leitura.

Agradeço e destaco a presença do nosso Deputado Federal, secretário de estado Hugo Leal, muito nos honra a presença de V. Exa. aqui nesse momento importante, contribuindo, não só no que diz respeito à questão especificamente aqui do gás no Rio de Janeiro, já que a CPI dos Serviços Concessionários, dos Serviços Delegados, ela também faz alusão e é a nossa primeira abordagem, conforme cronograma aprovado nessa CPI, do serviço delegado de fornecimento de gás no Rio de Janeiro. Nós tivemos já duas assentadas, em que falamos sobre o tema. Na primeira delas, ouvimos a presidente da concessionária; na sequência, tivemos uma ampla exposição aqui da Agenersa e tenho a mais absoluta convicção que V. Exa. contribuirá para que nós possamos entender a quantas anda o serviço de gás no Rio de Janeiro e as perspectivas para o futuro.

Além disso, a sua experiência como gestor e como Deputado Federal, como homem público também nos norteará aqui nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Saúdo os demais presentes, as assessorias, a todos os convidados, aos advogados presentes, mais uma vez a presença do Dr. Harriman, chegando aqui para acompanhar os trabalhos, seja muito bem-vindo à sua Casa, tenho manifestado isso aqui, a Assembleia Legislativa, a Dra. Isabela também.

Faço aqui o encaminhamento para os Deputados que quiserem fazer uso da palavra ou se a gente, Deputado Delaroli, se a gente atua como tem feito, iniciando pelas oitavas e depois, na sequência, abrindo a palavra para os Deputados, não sem antes que nós posamos aqui ler de forma muito breve o ofício que recebi, agradecendo mais uma vez ao Conselheiro que nos trouxe, muito obrigado por nos trazer essa mensagem, que é uma carta, um ofício, ele está inclusive inserido no SEI, que é da lavra do Conselheiro Presidente Murilo Leal, Presidente da Agetransp.

Trata-se do ofício Agetransp, número 201, datado de 14 de agosto de 2023, endereçado originalmente ao Exmo. Sr. governador do Estado, Cláudio Castro.

(Lendo)

"Prezado governador, desde maio de 2018, ocupo o cargo de Conselheiro da Agetransp e designado para exercer a presidência dessa distinta autarquia especial. Nesse período, tivemos grandes desafios e junto com todos os Conselheiros desse colegiado podemos entregar para a sociedade aquilo que ela esperava de nós.

Recebemos da agência com cerca de cinco milhões de reais e hoje a Agetransp conta com mais de setenta e cinco milhões para investir em sua atividade regulatória, comprovando o nosso total comprometimento com as boas práticas de gestão e a austeridade requeridas pelo período de recuperação fiscal.

Implementamos projetos estruturantes do campo da fiscalização com a reestruturação da fiscalização, gestão por indicadores, tecnologia, sistema de gerenciamento integrado, além disso, a política de transparência e integridade com aprovação do código de ética e plano de integridade.

Conseguimos a autorização de V. Exa. para a realização do primeiro concurso público da nossa história e ainda para a aquisição de uma nova e moderna sede para que pudéssemos aprimorar cada vez mais a nossa atividade finalística. Nessa gestão, batemos recorde histórico na aplicação de penalidade das concessionárias, ultrapassando a marca de mais de R\$ 30 milhões.

Durante a pandemia mantivemos incansavelmente a nossa fiscalização em campo gerando relatórios periódicos que puderam abastecer a tomada de decisão dos órgãos gestores da crise sanitária. Nesse sentido, a agência adotou um modelo regulatório inédito que impediu a paralisação dos imprescindíveis serviços de transporte de passageiros nos modais por nós regulados quando definimos a chamada linha de equilíbrio capaz de garantir a continuidade dos serviços e garantir a segurança jurídica dos contratos regulados.

Diversas eleições demonstraram o nosso compromisso com o equilíbrio da relação contratual entre poder concedente, usuários de concessionárias e o que é o cumprimento desta missão.

Neste momento, projetos profissionais me impedem de permanecer com a designação para continuar na presidência da Age-